



# CÂMARA MUNICIPAL DE GUANHÃES

## ESTADO DE MINAS GERAIS

INDICAÇÃO Nº 129 /2015

Senhora Presidente Luíza Amélia Barbosa Simões,


Apresentamos a V. Exa. nos termos regimentais vigentes, a presente Indicação para que:

**Seja elaborado e posteriormente remetido a esta Casa Legislativa projeto de lei que propõe incentivo a utilização de dispositivo para penetração das águas pluviais nos calçamentos da cidade e ao racionamento do uso da água com descontos em impostos, taxas e emolumentos municipais, nos termos do anteprojeto em anexo.**

Justificativa:

Esta se faz tendo em vista a recente crise hídrica enfrentada pelo município e, principalmente como forma de incentivo a prática da sustentabilidade.

Tendo em vista a impossibilidade do projeto partir de iniciativa do vereador, o anteprojeto se trata de um incentivo para que o Executivo o tome por base para criação de uma legislação específica.

  
Dóris Campos Coelho  
Vereadora

Sala das Sessões, 16 de novembro de 2015.

PROJETO DE LEI Nº .../2015

**PROPÕE INCENTIVO A UTILIZAÇÃO DE DISPOSITIVO PARA A PENETRAÇÃO DAS ÁGUAS PLUVIAIS NOS CALÇAMENTOS DA CIDADE E AO RACIONAMENTO DO USO DA ÁGUA COM DESCONTO EM IMPOSTOS, TAXAS E EMOLUMENTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal aprova e remete ao Prefeito para ser sancionada a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica concedido incentivo fiscal aos contribuintes que fizerem uso de área permeável que possibilite a efetiva absorção de águas pluviais e aos contribuintes que comprovarem redução de uso da água tratada.

**§ 1º** O desconto a que se refere o caput deste artigo será de 3% a 8% do valor do IPTU, a depender das medidas da área permeável dentro da proporção do imóvel e grau de efetividade a ser analisado por técnicos competentes do poder público municipal e de percentual correspondente ao mesmo percentual de economia no consumo de água tratada.

**§ 2º** O incentivo referente à economia de água tratada deverá ser concedido através de desconto no valor da tarifa de água no mês subsequente ao da comprovada economia.

**§ 3º** A comprovação dar-se-á junto ao SAAE através de análise dos gráficos demonstrativos do consumo de cada contribuinte.


**Art. 2º** - O contribuinte que, em imóvel de sua propriedade reservar área permeável que permita melhor absorção de águas pluviais, terá direito a um desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor das taxas e emolumentos devidos pela construção se a reserva permeável atingir pelo menos um quinto da área total do terreno.

**Art. 3º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para alcançar as construções ainda não concluídas, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 4º** - As despesas decorrentes da execução da presente lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

**Art. 5º** - Esta lei deverá ser regulamentada pelo Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 2015

  
Doris Campos Coelho (Dorinha da Farmácia)  
Vereadora